



NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE O SURGIMENTO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS NO SEMIÁRIDO BAIANO

  Elizeu Pinheiro da Cruz¹

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor
Nome: Elizeu Pinheiro da Cruz
E-mail: elizeuprof@gmail.com
Instituição: Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Submetido: 24/04/2019
Aprovado: 24/07/2019
Publicado: 30/04/2020

doi 10.20396/rho.v20i0.8655279
e-Location: e020004
ISSN: 1676-2584



RESUMO

Este trabalho apresenta apontamentos acerca dos percursos de instituições e sujeitos relacionados ao surgimento e desenvolvimento dos Cursos de Ciências no semiárido baiano, produzidos a partir de uma etnografia desenvolvida entre os anos 2011 e 2016 na esteira de contribuições de Clifford Geertz, James Clifford, Marilyn Strathern, Mariza Peirano e Olívia Cunha. Objetiva-se aqui problematizar enunciados que relacionam a gênese do ensino superior na Bahia à demanda de formação de professores em uma investigação que considera os arquivos como campos etnográficos. Argumenta-se que as Faculdades de Formação de Professores marcaram a formação de professores de Ciências no semiárido baiano e matizaram o surgimento do ensino superior relacionado à formação de professores na década de 1970. As reformas curriculares que ofereceram os contornos dos Cursos de Ciências e das instituições às quais estavam vinculados foram estabilizadas pelo Governo Estadual sem deixar de serem disputadas por professores, estudantes e outros sujeitos da sociedade local.

PALAVRAS-CHAVE: Cursos de ciências. Ensino superior. Etnografia. Formação de professores. Semiárido baiano.



ETHNOGRAPHIC NOTES ON THE EMERGENCE OF THE SCIENCE TEACHERS TRAINING COURSES IN THE SEMIARID REGION OF BAHIA

Abstract

This work presents notes on trajectories of institutions and subjects related to the emergence and development of the Science Courses in the semiarid region of Bahia. It is an ethnographic work, produced from 2011 to 2016 on the backing of contributions from Clifford Geertz, James Clifford, Marilyn Strathern, Mariza Peirano and Olívia Cunha. The objective is to problematize statements that relate the genesis of the higher education in Bahia to teachers' formation demand in an investigation which considers archives as ethnographic fields. The argument is that the Teacher Training Colleges marked the Science teacher's formation in the semiarid region and qualified the emergence of the higher education related to the teacher training in the 1970s. The curricular reforms that gave the contours to the Science Courses and to the institutions to which they were tied to were stabilized by the State Government, but teachers, students, and the civil society disputed them.

Keywords: Science courses. Higher education. Ethnography. Teacher training. Bahian semiarid.

NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE EL SURGIMIENTO DE LOS PROGRAMAS DE FORMACIÓN DE PROFESORES DE CIENCIAS EN LA REGIÓN SEMIÁRIDA DE BAHIA

Resumen

Este trabajo presenta apuntes acerca de la trayectoria de instituciones y sujetos relacionados con el surgimiento y desarrollo de los Programas de Ciencias en la región semiárida de Bahía (Estado de Brasil), producidos a partir de una etnografía desarrollada entre los años 2011 y 2016 en el respaldo de las contribuciones de Clifford Geertz, James Clifford, Marilyn Strathern, Mariza Peirano y Olívia Cunha. El objetivo es problematizar los enunciados que relacionan la génesis de la enseñanza superior en Bahía a la demanda de formación de profesores en una investigación que considera archivos como campos etnográficos. Se argumenta que las Facultades de Formación de Profesores marcaron la formación de profesores de Ciencias en la región semiárida de Bahía y matizaron el surgimiento de la enseñanza superior relacionada con la formación de profesores en la década de 1970. Las reformas curriculares que ofrecieron los contornos de los Programas de Ciencias y de las instituciones a las cuales estaban vinculados fueran estabilizadas por el Gobierno del Estado sin dejar de ser disputadas por profesores, estudiantes y la sociedad civil.

Palabras Clave: Programas de ciencias. Enseñanza superior. Etnografía. Formación de profesores. Semiárido bahiano.



A FEITURA DAS CIÊNCIAS PARA FORMAR PROFESSORES

Ao reunir esforços para montagem de um laboratório de anatomia humana de um Curso de Licenciatura Curta em Ciências em Vitória da Conquista, Bahia na década de 1980, um professor foi à casa de uma das suas alunas buscar órgãos humanos que ela coletava em sua vizinhança – as vizinhas da estudante doavam órgãos retirados em procedimentos cirúrgicos. Um desses órgãos, um útero com mioma, ficou embalado em sacolas plásticas e armazenado temporariamente na geladeira da estudante. Esses órgãos foram recolhidos e reunidos a outros, colhidos por outro estudante, na instituição que oferecia o Curso de Licenciatura Curta em Ciências. De maneira incipiente, esse material contribuiu para a execução de aulas práticas. Ossos com resíduos de musculatura em putrefação exalavam odores e incomodavam professores e estudantes que permaneciam naquele espaço semanalmente. “Era tudo precário, mas a gente até que conseguia fazer essas coisas”, disse uma egressa do curso ao rememorar o acontecimento em 2016. Em meio ao precário, retalhos de corpos de mulheres tornaram possível a existência de um laboratório de anatomia. Outras práticas relacionadas às ciências biológicas, à física, à geologia e à química impulsionaram as atividades desse e de outros laboratórios do Curso.

O surgimento dos Cursos de Ciências no semiárido baiano está relacionado aos trajetos de instituições e sujeitos que compuseram a emergência das Faculdades de Formação de Professores (FFP) da década de 1970, criadas nos municípios de Jequié e Vitória da Conquista para oferecer formação de professores em Cursos de Licenciatura Curta em Letras, Ciências e Estudos Sociais. Esses Cursos eram assim chamados por terem currículos curtos, integralizáveis pelos estudantes em três anos. Eles foram transformados em cursos de licenciatura plena nas reformas curriculares que transformaram as Faculdades de Formação de Professores em Universidade do Sudoeste (US) e, posteriormente, em Universidade Estadual do Sudoeste (UESB) na década de 1980.

Interessei-me por entender a experiência de emergência das Ciências no semiárido e desenvolvi um trabalho de campo, situando em um empreendimento etnográfico, entre os anos de 2011 e 2016 na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia² (UESB). Assim, neste texto, descrevo percursos relacionados às Ciências (sujeitos e instituições) no semiárido baiano e, ao mesmo tempo, tento construir uma possibilidade etnográfica que assuma os arquivos escolares como campo de observação participante. Este texto pode também ser entendido como parte de um investimento na formulação de uma etnografia situada na tensão entre os tempos presente e passado, menos interessada na visão global da experiência e mais atenta ao dinamismo dos fenômenos que se relacionam à emergência do ensino de ciências regional para questionar, desfazer e tentar recompor (FOUCAULT, 2008) narrativas de fundação.

Chapani (2012, p. 147-148), em sua análise sobre a gênese do ensino superior da Bahia, afirmou que: “[...] foi a necessidade de formar professores para a educação básica que originou o sistema público estadual de ensino superior na Bahia, uma vez que, para a expansão do sistema



básico de ensino, eram necessários professores qualificados.” Nestes termos, a formação de professores seria o “princípio” que abarcaria uma série de fenômenos que deram origem ao ensino superior público estadual na Bahia, formulação também reafirmada em distintos momentos de interlocução do trabalho de campo a que se refere este texto, compondo coerências e linearidades, mesmo naqueles nos quais os interlocutores negaram o protagonismo da formação de professores. Decidi problematizar tal compreensão para entender as condições de existência desses enunciados (FOUCAULT, 2008), o que exigiu a produção de uma descrição densa (GEERTZ, 2017) das experiências de fundação de instituições de ensino superior no sudoeste do Estado da Bahia.

Identifiquei, no percurso da pesquisa, outros elementos que permitiram afirmar que a “origem” do ensino superior no semiárido baiano é habitada por multidões de fenômenos que colocaram outras questões para o surgimento dos Cursos de Ciências e das suas Faculdades e Universidades. Eles ajudaram-me a formular que os trajetos das experiências universitárias em Ciências estão **intimamente**, mas não **exclusivamente**, relacionados à demanda por formação de professores. Este texto traz notas do meu caderno de campo no fértil movimento descrição que enredou o etnógrafo e os seus interlocutores em um coletivo de vozes que compõe as suas condições de existência. Descrições aqui não devem ser compreendidas como conjuntos de dados sobre os quais são lançadas discussões *a posteriori*, mas sim como um movimento de análise, interpretação e/ou tradução de experiências sociais.

REUNINDO INTERLOCUTORES EM NOTAS DO CADERNO DE CAMPO

Às 7h35 do dia 08 de junho de 2016, cheguei ao Museu Pedagógico – Casa Padre Palmeira da UESB, em Vitória da Conquista – Ba, prédio erguido em 1920 pela Igreja Católica, para iniciar observações relacionadas à minha pesquisa de tese de doutoramento em Ciências Sociais. Nele, funcionou o Educandário Sertanejo na sua primeira década e, na sequência, foi ampliado por meio de um financiamento da Prefeitura Municipal, que o devolveu à igreja em 1938. Há apontamentos que indicam que a Igreja doou o referido prédio ao Padre José Luis Soares Palmeira, possibilitando-o transferir o seu Ginásio da cidade de Caetité para Vitória da Conquista. Por isso, esse Padre é considerado o fundador do Ginásio de Vitória da Conquista, que ficou conhecido como Ginásio do Padr. (TAVARES; CASEMIRO, 2007). Hoje o Museu Pedagógico funciona como arquivo, composto de documentos oriundos de escolas e faculdades da região e espaço de grupos de pesquisa de professores da UESB e de outras instituições. A Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista (FFP/VCA) iniciou as suas atividades em 1972, no prédio onde hoje funciona o Museu Pedagógico – Casa Padre Palmeira da UESB, oferecendo o Curso de Licenciatura Curta em Letras e, posteriormente, Estudos Sociais e Ciências.



Em meus contatos iniciais com os interlocutores e a Instituição (UESB), estabelecidos mais intensamente a partir de fevereiro de 2011, interessava-me por encontrar documentos que pudessem contribuir com a descrição do surgimento do Curso de Ciências Biológicas, especialmente os projetos, as resoluções e os decretos de criação de cursos. Ao realizar entrevistas e acessar documentos em 2015 e 2016, produzi notas sobre os Cursos de Licenciatura Curta em Letras, Estudos Sociais e Ciências das Faculdades de Formação de Professores de Vitória da Conquista e Jequié. Quando passei a estabelecer interlocução com os documentos, não apenas como apêndice da pesquisa, despertaram-me interesse as articulações que o Curso de Licenciatura Curta em Ciências estabeleceu com os demais traçados que deram contornos à criação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas das décadas de 1980 e 1990, respectivamente. Então, fui em busca de sujeitos e instituições que pudessem contribuir com a minha descrição sobre a experiência das Ciências no semiárido; o Museu Pedagógico – Casa Padre Palmeira foi fundamental naquele momento.

Quando cheguei ao Museu pela primeira vez como pesquisador, encontrei um local organizado, com livros e fotografias em exposição pelos seus corredores. Dentre esses muitos objetos, um capturou a minha atenção: o livro de matrícula da primeira turma do Curso de Licenciatura Curta em Letras de 1972, folheei-o em todas as visitas que fiz ao local. Cada página é uma folha de matrícula impressa em gráfica e com espaços preenchidos à mão com os dados pessoais dos estudantes matriculados. Procurei uma funcionária do Museu e a indaguei sobre o paradeiro do livro de matrícula do Curso de Ciências. Ela percorreu sobre a existência do livro, mas disse que não sabia exatamente onde ele estava. Continuei a minha permanência naquele espaço para tentar engajar-me naquela organização.

Um caminho inicial para tentar compreender aquela escolha do livro foi a demarcação “primeira turma da FFP/VCA de 1972”. Mas essa explicação respondia-me a motivação da escolha, faltava-me entender o porquê de o livro de matrícula e outros documentos referentes à primeira turma de Ciências não figurarem na exposição, entender um certo silêncio relacionado à ausência de uma narrativa sobre o Curso de Ciências como parte da exposição. A funcionária disse ainda que nunca viu ou ouviu algum pesquisador “procurar saber” algo relacionado ao Curso de Ciências e que funcionários do Museu estavam tentando compilar o material de matrícula e outros documentos para organizar um acervo a ele relacionado. O material reunido até aquele momento foi disponibilizado para que eu realizasse as consultas necessárias. Foi então que, a partir da leitura dos documentos (atas, livros de matrícula e outros), comecei a estabelecer interlocução com a exterioridade dos seus autores (ORLANDI, 2012), os contextos sócio-históricos aos quais eles estavam circunscritos, para entender como esses mesmos contextos ofereceram as condições de existência da experiência que estava por descrever-interpretar, o surgimento e desenvolvimento dos Cursos de Ciências.

Em 2016, tomei conhecimento também da existência do Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista e comecei a visitá-lo naquele ano. Desde o meu primeiro contato, fui



acolhido por seus funcionários, que me ajudaram a reunir documentos de interesse da pesquisa, especialmente documentos relacionados ao Ginásio de Vitória da Conquista e exemplares de jornais do período. Localizei exemplares de dois jornais: “O Sertanejo” e “O Fifó”, o primeiro afinado com as forças do regime político-militar da década de 1970 e o segundo como espaço resistência e contestação, conforme ponderações de alguns colaboradores do Arquivo. Paralelo ao trabalho nos arquivos, entrevistei professores e egressos dos Cursos de Ciências e visitei alguns dos seus arquivos pessoais.

Para a construção deste texto, selecionei dados produzidos em entrevistas, em observações (arquivos) e em um livro³ de memorialistas que estiveram ligadas aos Cursos de Ciências da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista (FFP/VCA). Todavia, quero destacar as motivações com as quais comecei as interlocuções com os documentos: ao realizar as entrevistas, observava que os meus interlocutores apresentavam as datas de “maneira vaga” e, muitas vezes, discordantes. Falas como “acho que foi em 1999 ou 1998, mas não tenho certeza”, “Talvez tenha sido em 2002... Não sei”, “Melhor procurar outros colegas ou documentos na Instituição” e “Eu estou esquecendo” surgiam em muitas entrevistas. Isso teve o seguinte efeito em minha escrita: começava a escrever a partir dos relatos e ficava constantemente “corrigindo” as datas após a transcrição de uma nova entrevista. Foi então que, para ser mais “preciso”, iniciei um movimento de busca de documentos que pudessem “corrigir os erros” para identificar as continuidades que produziram os traçados das Ciências no semiárido baiano. Acreditava que os arquivos “preencheriam” as discontinuidades da minha escrita.

A partir de então, comecei a trabalhar com os documentos de arquivos e consegui garimpar algumas continuidades, mas também, discontinuidades de acontecimentos que habitam a “origem” a que me referi no início deste texto e que reivindicaram um lugar no meu relato. Desde então, os arquivos foram assumidos por mim como espaços de multiplicidades incessantes e não material inerte. Minha tarefa, influenciado pelas leituras de Foucault (2008) e Cunha (2004) sobre arquivo, deslocou-se do objetivo inicial, o de quem **buscava** a história, para **interrogar** as historicidades, inclusive aquelas suprimidas pelos processos de produção dos arquivos – “histórias officiosas” que correm lado a lado com as “oficiais”.

Meus interlocutores assumiam o esquecimento como “falta” e me provocavam a preenchê-la com os dados dos arquivos. Naquele momento, de uma maneira sutil, que se tornou explícita para mim apenas na escrita deste texto, assumia a “falta” como dimensão constitutiva do sujeito e da minha própria pesquisa.

Daqui por diante, retomo os trajetos das instituições e dos atores que os produziram, sendo por eles produzidos, não sem antes tecer algumas considerações sobre as minhas escolhas etnográficas.

ETNOGRAFIA DE ARQUIVOS



Duas elaborações sobre a etnografia são assumidas neste trabalho. A primeira consiste em considerar que a etnografia não é um método da antropologia (PEIRANO, 2014), como parecem indicar alguns trabalhos (COSTA, 2010; NEVES; CASTANHEIRA; GOUVÊA, 2015; NUNES; NEIRA, 2018), mas algo que tem a ver com um gênero de produção textual composto de camadas de interpretações produzidas por etnógrafos e seus colaboradores, o relato como agenciamento de muitos discursos; uma “negociação construtiva” entre etnógrafos e seus interlocutores. (CLIFFORD, 2014). Para Peirano (2014, p. 383), “[...] toda etnografia é também teoria.” O texto etnográfico seria, então, um espaço de **interpretações enquanto ficções**, sem serem falsas ou apenas produtos do pensamento, mas construções/modelações que alargam, dentre outras coisas, o universo do discurso humano. (GEERTZ, 2017). Neste texto, as descrições-interpretações inspiram-se em formulações da análise de discurso, especificamente alguns apontamentos de Foucault (2008) e Orlandi (2012).

A partir deste ponto, da interpretação na produção textual, apresento a segunda elaboração, que consiste em assumir os arquivos como campos etnográficos por serem espaços nos quais habitam e se multiplicam interpretações dos acontecimentos. (COMAROF; COMAROF, 2016; CUNHA, 2004). Os arquivos são entendidos por Cunha (2004, p. 292) como objeto de interesse e produção de conhecimento para o antropólogo, eles abrigam “[...] marcas e inscrições a partir das quais devem ser eles próprios interpretados.” São locais que constituem e selecionam determinadas narrativas sobre os eventos. Ao assumir um arquivo como campo etnográfico, o etnógrafo considera as suas condições de produção (CUNHA, 2004), a sua feitura no tempo presente, que permite a circulação de determinados discursos sobre as temporalidades por ele evocadas. Não apenas os arquivos dos antropólogos, como o arquivo de Ruth Landes estudado por Cunha (2005; 2004), mas todo e qualquer arquivo pode ser assumido como campo etnográfico, a exemplo do Arquivo Miroel Silveira, investigado por Costa (2010).

A partir dessas duas elaborações, penso ser possível problematizar o “estar lá” do trabalho etnográfico, que está intimamente relacionado à experiência do observador participante como o sujeito racional que unifica a autoridade no campo, a problemática da “autoridade etnográfica” refletida por Clifford (2014). Portanto, há aqui um movimento de inserção deste texto como escrita etnográfica sem deixar de problematizar a relação do etnógrafo com seu campo.

O campo etnográfico (a sua formulação), em um trabalho que revisita uma experiências passadas por meio de arquivos, que produzem discursos no tempo presente, é produto de recortes do trabalho de campo do etnógrafo. Portanto, há aqui o encontro de distintas temporalidades e, conseqüentemente, de distintos campos: os presentes etnográficos dos arquivos (que envolvem os funcionários, os documentos e as feitura das exposições) e os passados aos quais os seus documentos se reportam, multiplicando interlocutores e as negociações que produzem o texto etnográfico.



OS PROFESSORES PIONEIROS DOS CURSOS DE CIÊNCIAS⁴

Fogos e festividades em um dia 07 de setembro de 1978 compuseram um coro de sons com um caminhão que apareceu na cidade de Jequié - BA e despertou a curiosidade dos moradores. O motorista iniciou uma procura pelo endereço de entrega e, com a ajuda dos moradores, dirigiu-se ao seu destino: a Faculdade de Formação de Professores (FFP). O caminhão levava materiais para estruturação de três laboratórios básicos do Curso de Licenciatura Curta em Ciências, espaços pioneiros em atividades laboratoriais acadêmicas da região. Os materiais foram enviados pelo Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR⁵) como parte das ações de um convênio firmado entre o Governo do Estado da Bahia e o Governo Federal. Procuraram pessoas que pudessem receber o material e encontram dois professores da FFP: Maximiliano Coelho Machado e Willma Dêda Machado, que abriram a Faculdade e, com outras pessoas, checaram e organizaram os laboratórios.

Maximiliano Coelho Machado e Willma Dêda Machado formaram um grupo com outros professores que foram de Salvador para Vitória da Conquista e Jequié em 1977, locais onde assumiram postos de trabalho docente nas Faculdades de Formação de Professores criadas pelo Governo do Estado da Bahia para formar professores para o ensino de 1º Grau, nos termos da legislação educacional do período. Havia, entre eles, outro professor de Ciências: Eugênio Borges de Jesus. Os três já se conheciam, pois foram colegas de graduação na Universidade Católica de Salvador (UCSAL).

Eugênio e Max, como Maximiliano ficou conhecido na UESB, ingressaram na mesma turma do Curso de História Natural da UCSAL em 1971. Porém, Max decidiu migrar para o Curso de Ciências Biológicas, criado na reforma universitária da década de 1970 que extinguiu o Curso de História Natural, e Eugênio concluiu o Curso. Max migrou para a primeira turma do novo Curso e se formou com Willma em 1975. Max e Willma casaram-se e compuseram família.

Procurando espaço no mercado de trabalho, esses três professores ingressaram no processo seletivo promovido pelo Departamento de Ensino Superior e Aperfeiçoamento de Pessoal (DESAP) no ano de 1976. Segundo a professora Willma Machado (em 2001), os candidatos aprovados nessa seleção cursaram a Especialização em Conteúdos e Métodos do Ensino Superior – ministrado pelo Programa de Pós-Graduação (Mestrado) e Pesquisa em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A Especialização foi iniciada em agosto de 1976 e concluída em 1977. Os professores que tinham formação em Ciências Naturais (História Natural, Ciências Biológicas, Física e Química) e Matemática, aprovados no Curso, assumiram os postos de trabalho nas Faculdades recém-criadas no interior do Estado com a tarefa de implantar Cursos de Licenciatura Curta em Ciências, ainda não existentes naquele momento.



Os jornais de Vitória da Conquista repercutiram determinados assuntos relacionados às Faculdades da década de 1970. O Jornal “O Fifó”, por exemplo, publicou, em 18 de outubro de 1977, a matéria “Finalmente, Estudos Sociais em Vitória da Conquista”. Assinado por Fernando Eleodoro de Santana, o texto relata a criação do Curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais. Seu autor aponta a existência do Curso de Letras na FFP/VCA e as expectativas quanto ao novo Curso são apresentadas com possibilidades de melhoria do nível da educação local, que, segundo ele, não estava “bom”. Para este Jornal, as disciplinas que seriam ministradas no novo Curso abririam “[...] sem sombra de dúvidas, uma nova visão da realidade de nosso mundo”. A matéria diz ainda: “todos sabemos que a estas alturas já deveríamos, a exemplo de cidades como Mossoró, Cajazeiras, Colatina, Itaúna e outras, ter vários cursos superiores em pleno funcionamento”. Na sequência, há um convite à conjugação de esforços, “sem preconceito de qualquer espécie”, para tirar a cidade do “atraso intelectual”. E culmina afirmando que o jovem conquistense não poderia pagar pelos “erros” cometidos até aquele momento e destacando a grande aspiração da juventude do período, “uma Universidade”.

Os marcadores “finalmente”, “erros” e “atraso intelectual” provocaram-me a ler o “O Sertanejo” para identificar como este informava aos seus leitores quais temáticas eram possíveis frente à questão dos cursos das Faculdades, especificamente a Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista. Seguindo as pistas dos interlocutores do Arquivo, interessei-me em interrogar os discursos afinados ao regime político da época produzidos pelos exemplares dos jornais em que trabalhava para compreender alguma relação entre os arranjos de poder estatal e a emergência dos cursos e das faculdades.

As tentativas de criação das Faculdades no interior remontam à década de 1960, que foi marcada pelas primeiras ações de interiorização das Faculdades na Bahia. Em 1962, foram criadas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Vitória da Conquista, Jequié, Feira de Santana, Ilhéus, Caetité e Juazeiro. Em 1969, por meio do Plano Integral de Educação e Cultura do Governo do Estado da Bahia, as Faculdades de Formação de Professores foram constituídas como Autarquias em quatro cidades do interior do Estado: Alagoinhas, Feira de Santana (primeira a ser implantada), Jequié e Vitória da Conquista. (BOAVENTURA, 2005). Ademais, encontrei, no Museu Pedagógico, documentos de matrícula em um “Curso de Bacharelado em Sociologia e Política da Escola de Sociologia e Política de Vitória da Conquista” dos anos de 1965 e 1966, durante o regime militar, após golpe de 1964. Não encontrei documentos de anos posteriores a 1966 referentes a este Curso, o que gerou algumas interrogações referentes à repressão do regime político e a sua resposta por meio da implantação de Cursos que deslocassem o foco da formação em Sociologia e Política e Filosofia e Ciências Humanas para a formação de professores.

O “Finalmente” enunciado pelo “O Fifó”, em 1977, para fazer referência ao Curso de Estudos Sociais parece estabelecer regularidade não apenas com a promessa do Governo do Estado de criação do Curso, logo na abertura das FFP/VCA em 1972, mas também com os documentos que indicam as tentativas de criação das Faculdades da década de 1960, aquelas



que pretendiam oferecer formação em Filosofia, Ciências e Letras e Sociologia e Política. Nesse sentido, “O Fifó” cumpria seu papel de oposição ao Regime e aos seus mecanismos de funcionamento nas reformas educacionais, desestabilizando a produção de narrativas sobre as Faculdades. Vejamos como o jornal “O Sertanejo” apresentava o “discurso oficial” aos seus leitores.

No dia 02 de agosto de 1969, “O Sertanejo” publicou a nota “Prefeito traz boas notícias”, narrando uma viagem do prefeito Fernando Spínola a Salvador, onde se encontrou com autoridades do Governo do Estado. Ainda segundo a nota, no dia 30 de setembro de 1969, o governador Luiz Viana Filho assinou o decreto de criação da Faculdade de Educação na expectativa do início das aulas até setembro de 1970, oferecendo os Cursos de Letras, Ciências e Estudos Sociais. Todavia, o funcionamento das Faculdades em Vitória da Conquista e Jequié só começou em 1972, nomeadas de “Faculdades de Formação de Professores (FFP)”. Em Vitória da Conquista, a FFP ofereceu o Curso de Licenciatura Curta em Letras em 1972 e Estudos Sociais em 1977.

O casal Max e Willma foi para a FFP/VCA em 1977, acreditando que lá assumiriam os postos de professores e iniciariam as atividades de criação do Curso de Licenciatura Curta em Ciências. Porém, para que Eugênio assumisse na FFP/VCA, fizeram um remanejamento e foram para a Faculdade de Formação de Professores de Jequié. O Órgão contratante informou aos professores que, nas Faculdades, havia toda a estrutura, incluindo laboratórios, para o início das atividades do Curso. Entusiasmados, eles chegaram ao prédio onde funcionaria o Curso e se surpreenderam com o que viram, conforme contou Max em entrevista realizada em 2016: “[...] eu cheguei lá [em Jequié], abri a porta do laboratório de biologia e não tinha nada. Só a sala, nem carteira tinha.”

Meus interlocutores disseram que a FFP/VCA recebeu o mesmo material para criação do mesmo Curso, mas os objetos ficaram encaixotados até a década seguinte. E, quando finalmente as caixas foram abertas, já não era mais possível solicitar reposição ou “reclamar de material quebrado”, muitos equipamentos não funcionaram devido à não utilização. De acordo com os relatos, o Curso de Ciências poderia ter começado a funcionar em Vitória da Conquista em 1977, mas, devido à ausência de pessoas que liderassem o processo, o Curso só iniciou na década de 1980. Os professores contratados para a criação do Curso de Ciências de Vitória da Conquista, a princípio, atuaram nos Cursos de Licenciatura Curta em Letras e Estudos Sociais, lecionando disciplinas como “higiene e saúde” e “ecologia”.

A estrutura prometida aos docentes não foi disponibilizada e a formação de professores não foi ofertada como prometido pelo Governo do Estado. Os cursos foram criados de forma lenta e sem estrutura, a formação de professores foi imposta pelo Estado de maneira precária aos moradores do semiárido. E, ainda, a oferta da “formação de professores”, na criação das Faculdades, só foi possível com transferência de atribuições como limpeza dos laboratórios para os professores, que, por outro lado, configuraram-se como aberturas para que outras questões



relacionadas às suas formações, em Ciências Biológicas e História Natural, realizadas também em contextos de reforma, habitassem as experiências fundadoras dos cursos e das faculdades. Os laboratórios como aberturas para as agendas de disciplinas específicas das ciências biológicas, que emergiam nas universidades baianas da década de 1970, são exemplos disso. Tais aberturas ofereceram condições para o surgimento dos Cursos de Ciências Biológicas posteriormente, na década de 1990.

Max e Willma iniciaram as atividades, em Jequié-BA, após criação do Curso de Ciências em 1977. Na Faculdade, havia também os professores de física e matemática que compunham o currículo do Curso.

As turmas das Faculdades de Formação de Professores eram compostas majoritariamente por mulheres, professoras que atuavam no ensino de 1º e 2º graus: em sua maioria, casadas e com idade próxima ou superior à dos seus professores. Contudo, os Cursos de Licenciatura Curta formavam docentes para atuação apenas no antigo 1º Grau. Para atuação no 2º Grau, exigia-se o Curso de Licenciatura Plena correspondente à disciplina a ser lecionada e esses cursos não existiam nas Faculdades. A consequente carência de professores com formação em ciências biológicas, física, química e matemática abria espaço para pessoas que tinham concluído apenas o 2º Grau (especialmente o Magistério, o Curso Normal) e/ou profissionais liberais.

Os professores das Faculdades lecionavam no turno noturno e preparavam as atividades durante o dia, utilizando ferramentas como um mimeógrafo a álcool. Desenhavam e decalcavam ilustrações dos conteúdos, elaboravam e datilografavam textos utilizando a máquina de escrever, como disse Max (em entrevista realizada em 2016):

Antigamente, era tudo na mão grande, você não tinha estrutura para fazer isso, tanto é que todo ano você tinha que datilografar tudo de novo. E você fazia esse material e depois rodava no ano seguinte para distribuir para os alunos porque não tinha livro. A biblioteca era muito pobre na época. Comprar livro aqui era uma dificuldade muito grande, Conquista não tinha livraria e você tinha que mandar pedir. Eu mesmo, às vezes, pedia para a editora, a editora mandava para mim e eu recolhia o dinheiro dos alunos e pagava à editora. Era assim, não tinha... O Estado não comprava material.

Já no final da década de 1970, eram muitas as discussões em torno da necessidade de criação de uma universidade na região e, para a sua implantação, foram construídas muitas negociações entre as Faculdades, o Governo do Estado e a sociedade civil. Fala-se de um acordo estabelecido entre as duas Faculdades (a de Jequié e a de Vitória da Conquista) no ano de 1979 que estaria relacionado aos processos iniciais para criação da Universidade do Sudoeste (US). Nesse acordo, os Cursos de Ciências generalistas seriam desmembrados em Biologia e Química, que ficariam em Jequié; já Física e Matemática estariam sediados em Vitória da Conquista. Nele, havia também as matrizes da criação das Escolas de Agronomia e de Administração em Vitória da Conquista, da Escola de Enfermagem em Jequié e de uma Escola de Zootecnia na cidade de Itapetinga. Conta-se que essas Escolas/Faculdades foram criadas, mas não obtiveram



autonomia financeira. Os recursos financeiros eram remetidos para as FFP, que os distribuíam entre as Escolas/Faculdades que delas dependiam. Mesmo após a criação da Universidade do Sudoeste (US) a partir das Faculdades/Escolas, elas continuaram a existir dependentes das Faculdades de Formação de Professores.

[...] lembro que Eraldo Tinoco que era o secretário de educação na época. Ele veio fazer o acordo para implantar a universidade. Antônio Carlos [Magalhães] prometeu implantar a Universidade do Sudoeste. Aí, quando ele veio implantar, o pessoal de Jequié queria ficar com o Curso de Enfermagem e, provavelmente, Medicina. Só que Medicina era um sonho na época. Ele fez um acordo: Conquista fica com a parte de Exatas, Jequié com a parte das Biologias e Zootecnia em Itapetinga. Esse foi o acordo. Só que, na época, em 79, saiu a plenificação do Curso de Ciências [de Jequié]. Só que aqui [em Vitória da Conquista] só veio a funcionar em 1985 que foi em Matemática [...]. (Max, em entrevista realizada em 2016).

Como no momento de criação das Faculdades da década de 1970, novamente os políticos, homens que representavam oligarquias políticas da época, “prometeram” implantar a Universidade do Sudoeste (US), direcionando a oferta de cursos, o que lhes garantia projeção política no cenário estadual. Tal configuração permitiu que Cruz, Santos e Nogueira (2018, p. 321) afirmassem que, à época, “[...] os ‘homens do poder’ fundaram instituições e nomearam homens para dirigi-las ajustadas aos esquemas políticos e disciplinadores do regime militar.” Dessa forma, a hegemonia masculina e o apagamento da mulher estruturaram as experiências de fundação da formação de professores no semiárido baiano em um contexto de protagonismo feminino nos ensinos de 1º e 2º Graus.

De acordo com os meus interlocutores, o Curso de Licenciatura Curta em Ciências de Jequié (com duração de três anos) foi reformulado e passou a ser designado como Curso de Licenciatura Plena em Ciências (com duração de quatro anos), antes mesmo da criação do Curso de Licenciatura Curta de Vitória da Conquista, criado em 1980, quando a FFP/VCA já havia se mudado do prédio do antigo Colégio Padre Palmeira (onde hoje funciona o Museu Pedagógico) para o prédio da Escola Adélia Teixeira. A narrativa do primeiro parágrafo deste texto refere-se ao Curso de Ciências de Vitória da Conquista, quando este já funcionava no atual endereço da UESB (Estrada do Bem Querer, km 4).

Após a criação do Curso de Ciências em Vitória da Conquista, Max passou a nele atuar, lecionando disciplinas relacionadas à botânica às sextas-feiras (noturno) e aos sábados (vespertino). Para isso, realizava o deslocamento semanal entre as duas cidades. Em agosto de 1983, ele assumiu o cargo de Gerente (equivalente ao cargo de pró-reitor) na gestão da Superintendente (equivalente à reitora) Walquíria Albuquerque. A gestão tinha como prioridade regularizar a autorização de funcionamento da Universidade junto ao Conselho Federal de Educação⁶. (BOAVENTURA, 2005). Para isso, deveriam organizar os setores e articular as Faculdades e Escolas distribuídas por três cidades (Jequié, Vitória da Conquista e Itapetinga) em um mesmo organograma de funcionamento.



Willma também começou a lecionar no Curso de Ciências de Vitória da Conquista e o casal passou a residir definitivamente na cidade. Após o fim da gestão de Max junto à Gerência Acadêmica, o casal permaneceu em Vitória da Conquista devido à carência de professores para ensinar biologia, genética e zoologia nos Cursos de Agronomia e Ciências. Ele contou-me que, desde a primeira turma do Curso de Agronomia até a sua aposentadoria, deu aula de genética. Naquele momento, as áreas de Ciências Naturais (Ciências e Agronomia), Exatas e Saúde tiveram maiores oportunidades e a formação de professores já não era a única pauta das Faculdades, que passaram a formar enfermeiros, administradores e agrônomos. A formação em áreas como Filosofia, Sociologia e Política continuou silenciada. Uma investigação que incidisse sobre as reformas que transformaram o Curso de Estudos Sociais em História e Geografia poderá elucidar como esses cursos circularam, ou não, as questões almejadas desde a década de 1960, o que fugiu ao escopo do meu trabalho de campo e deste texto.

Em agosto de 1980, a Universidade do Sudoeste (US) foi instituída como Fundação Educacional, incorporando as Faculdades existentes em Vitória da Conquista e Jequié. Em 30 de dezembro de 1980, a Fundação Educacional do Sudoeste foi extinta e criada a Autarquia Universidade do Sudoeste. As duas Faculdades de Formação de Professores da década de 1970 e as Faculdades/Escolas de Agronomia e Administração de Vitória da Conquista, Zootecnia de Itapetinga e Enfermagem de Jequié, criadas na década de 1980, foram incorporadas ao novo organograma.

A estrutura departamental surgiu na Instituição na década de 1980. Tratou-se de um movimento mais geral que aconteceu inicialmente na reforma da UFBA na década de 1970. Segundo Boaventura (2005), outras universidades brasileiras também se estruturaram e concretizam o modelo *multicampi* por atender melhor aos objetivos do Governo. Nesse contexto, a existência de órgãos centralizadores, como uma reitoria, evitaria a duplicação de serviços.

No Museu Pedagógico – Casa Padre Palmeira da UESB, há um relatório do ano de 1983 que descreve as atividades desenvolvidas na Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista e aponta a existência da estrutura departamental à época. Nele, pude identificar que, naquele ano, existiam quatro Departamentos compondo a Faculdade de Formação de Professores como parte da Autarquia Universidade do Sudoeste, a saber: Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (DELL), Departamento de Educação (DED), Departamento de Ciências Sociais (DCS) e Departamento de Ciências Exatas (DCE). Em meados da década de 1980, a Universidade já estava organizada em três cidades e o seu projeto tentava se adequar à legislação vigente⁷, na qual a estrutura departamental já era apresentada como a sua forma de organização.

No caso da UESB, sua inserção em três municípios com diversidade cultural, econômica e política que apresentavam aproximações e distanciamentos entre si favoreceu a existência de conflitos entre forças que se polarizaram na dualidade centralização vs descentralização, como



aconteceu em outras instituições brasileiras que tentavam unificar suas Faculdades e Escolas isoladas em um mesmo organograma. Nesse cenário, foi deliberada a elaboração de um regimento único para as suas unidades situadas nas três cidades (Jequié, Vitória da Conquista e Itapetinga), que não foi completamente efetivado porque cada uma delas tinha o seu próprio modo de funcionamento e com ele respondia as suas situações práticas, ainda que tivessem alguma similaridade entre si. Faltava um documento que garantisse a unificação das unidades para pleitear, junto ao órgão do Governo Federal, a criação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O documento que garantiu o pleito foi chamado de Carta-Consulta. Ele propôs a organização e a integração dos departamentos e unidades para adequação à legislação e às normatizações do Estado Brasileiro. O modelo de Faculdades e Escolas isoladas deu lugar a uma estrutura *multicampi* com administração centralizada.

A Carta-Consulta foi elaborada pelo Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público (ISP) da UFBA, em decorrência de um convênio celebrado entre a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia e a UFBA. Para a elaboração da Carta, montaram-se duas equipes: uma no ISP e uma na Universidade do Sudoeste (US). Após o levantamento inicial realizado pelo ISP, aconteceu um seminário com a comunidade universitária alvo, objetivando uma adequação das propostas às necessidades locais. A partir daquele seminário, foram organizados quatro grupos de trabalhos no ISP e quatro na US. As reformulações curriculares duraram um ano e oito meses e envolveram tensões dos grupos locais entre si e destes com os grupos do ISP. Aconteceu também um seminário no qual foi discutida a concepção de universidade que estava sendo proposta naquela reforma, que era também uma certidão de nascimento de uma universidade: a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Identifiquei, em documentos e entrevistas, a utilização da terminologia UESB quando a Instituição ainda chamava-se Universidade do Sudoeste, mostrando-nos que as práticas de nomeação são tecidas nas relações dos grupos antes mesmo de sua legitimidade burocrático-estatal.

Max disponibilizou-me a sua versão da Carta-Consulta: o documento de 393 páginas e folhas amareladas possuía uma minúscula fita adesiva com a inscrição “MAX” e, na contracapa, constava a sua assinatura, datada de 1987. Esse documento garantiu o pedido de funcionamento da Universidade, que precisou de readequação à legislação: a universidade de campo (*multicampi*) e a existência de departamentos como unidades de ensino, pesquisa e extensão subordinados à uma reitoria. A Carta-Consulta foi concluída dois anos após início da elaboração e entregue ao Conselho Estadual de Educação para autorização de funcionamento vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado. O Parecer de deferimento, CEE N° 119/87, foi encaminhado ao Governo Federal que, por meio do Decreto N° 94.250 de 22 de abril de 1987, autorizou o funcionamento da UESB, mas seu credenciamento ocorreu apenas em 1998 (Decreto N° 7.344).

Dessa reformulação, as Faculdades e Escolas foram extintas, a universidade departamentalizada e o *Campus* de Vitória da Conquista organizado em oito Departamentos:



Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Estudos Históricos e Geográficos, Departamento de Ciências Exatas, Departamento de Ciências Naturais, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Fitotecnia e Zootecnia e Departamento de Engenharia Agrícola e Solos. Eles ofereciam disciplinas aos cursos de Administração, Agronomia, Licenciatura em História, Licenciatura em Geografia e Licenciatura em Ciências com Habilitação em Matemática. Surgiram também os Colegiados como coordenação didática dos cursos e como integrador das disciplinas ofertadas pelos Departamentos.

Os professores do antigo Curso de Ciências foram distribuídos pelos Departamentos de Ciências Exatas (DCE) e Ciências Naturais (DCN) e passaram a lecionar nos Cursos de Agronomia e Licenciatura em Ciências com Habilitação em Matemática. O DCN foi estruturado, inicialmente, para ofertar trinta disciplinas relacionadas à biologia, à química e às geociências e, o DCE, para ofertar sessenta e uma disciplinas relacionadas à física e à matemática. Em 1986, a presença das ciências exatas no Curso de Ciências de Vitória da Conquista já era predominante, conforme “promessa” e “acordo” feitos por Antônio Carlos Magalhães.

A PLENIFICAÇÃO E O INGRESSO DE NOVOS PROFESSORES

Os estudantes do Curso de Ciências de Vitória da Conquista exigiram da Universidade a ampliação da formação, de Licenciatura Curta em Ciências para Licenciatura Plena em Ciências com Habilitação em Biologia, fenômeno que eles chamavam de “plenificação”, para que pudessem lecionar no 2º grau, mas foram informados que só poderiam “plenificar” após conclusão da primeira turma e consequente reconhecimento do Curso de Licenciatura Curta. Outras turmas ingressaram, a primeira turma concluiu e a única “plenificação” criada, Ciências com Habilitação em Matemática, não contemplava os anseios de todos os estudantes. Muitos queriam se tornar professores de Biologia do 2º Grau.

Foram necessárias reformulações no organograma da UESB para composição de forças para criação da “plenificação”. Reformulações que culminaram com o desaparecimento das Faculdades, o surgimento da universidade de campo e o fortalecimento da estrutura departamental. Três dos departamentos criados em momentos distintos produziram aberturas para novos professores, que compuseram as condições de produção das reformas curriculares: o Departamento de Fitotecnia e Zootecnia, o Departamento de Educação e o Departamento de Ciências Naturais.

No Departamento de Fitotecnia e Zootecnia, ingressou, em 1984, a professora Ana Maria dos Santos Rocha após ser aprovada para lecionar ecologia para o Curso de Agronomia. Ana chegou à Instituição com formação em Licenciatura em Ciências Biológicas e Especialização em Ecologia. Conversei com ela sobre suas imbricações por distintas Áreas e funções desde seu ingresso em 1980. Ela salientou que o deslocamento dos “Pioneiros” entre



as Áreas foi “muito bom” porque permitiu a elaboração de trajetórias mais abrangentes em termos de conteúdos e de saberes da experiência laboral, mas que, por outro lado, não permitiu, no seu caso, a construção de um perfil especializado.

No final da década de 1970, Anete Charnet Gonçalves da Silva, bióloga paulistana recém-formada em licenciatura e bacharelado em ciências biológicas, organizava-se para ingressar em um instituto de pesquisa, onde trabalharia em pesquisas relacionadas à ecologia de floresta. Porém, desdobramentos práticos, alguns deles relacionados à constituição familiar, produziram uma reorganização do seu itinerário, levando-a a uma pequena cidade baiana onde iniciou sua carreira como professora de Biologia.

Meus olhos sempre brilharam muito para a natureza, viver essa Biologia de uma outra maneira e eu não gostava da maneira como o ensino era feito. Então, eu queria outros horizontes porque eu entendia que uma mudança era necessária, não com a clareza que eu tenho hoje, mas essa ânsia interna de mudança sempre foi muito presente e a opção foi nordeste, por questões outras também, mas a opção foi nordeste e eu cheguei à caatinga, no sertão, no município de Itaberaba [...]. (Anete, em entrevista realizada em 2016).

No sertões⁸ da Bahia, atuou como professora de Ciências Naturais do ensino fundamental, Biologia do ensino médio e Enfermagem do ensino técnico, a partir de 1979, ano em que iniciou também sua participação nas ações grevistas⁹ dos professores baianos, o que lhe gerou perseguição política, protagonizada pelo Governo Estadual, culminando com a sua transferência para a Escola Euclides Dantas na cidade de Vitória da Conquista no ano de 1985; cidade que, segundo Anete, tinha uma base de oposição ao Governo Estadual naquele período, ilustrada aqui pelo jornal “O Fifó”.

Ao iniciar as suas atividades como professora da educação básica em Vitória da Conquista, Anete foi abordada por seus colegas de trabalho que eram também estudantes de Ciências com Habilitação em Matemática, pressionando-a para que ela integrasse ao quadro de docentes do Curso, que, naquela ocasião, havia iniciado uma seleção para recrutar professores. Então, em agosto de 1985, Anete integrou ao quadro de professores do Departamento de Educação e passou a lecionar metodologia e prática do ensino de ciências para o Curso de Ciências com Habilitação em Matemática após aprovação em concurso. De forma concomitante, Anete atuou na educação básica e no ensino universitário de 1985 até 1988, quando um de seus alunos assumiu as aulas da escola básica e ela passou a se dedicar exclusivamente ao ensino superior.

Naquele momento, Alday de Oliveira Souza, formada pelo Instituto de Biologia da UFBA em 1985, retornou à Universidade onde formou visando a uma oportunidade de trabalho (estágio remunerado) após uma greve de professores de escolas de uma rede privada onde atuava. Formada em Ciências Biológicas e militante de movimentos ambientalistas, Alday atuou como professora no ensino fundamental e como bióloga em uma fazenda na Ilha de Itaparica. “[...] com o passar do tempo eu fui me encantando com essa Biologia, fui me



encantando e aí começou meu envolvimento com as questões ambientais, dos grupos ambientalistas [...]”, disse Alday (em entrevista realizada em 2016). Na UFBA, deparou-se com um cartaz no Instituto de Biologia que informava algo sobre uma seleção para professor substituto da UESB de Vitória da Conquista. Ela se submeteu à seleção, foi aprovada e integrou ao corpo docente do DCN como professora substituta em 1988, tornando-se professora efetiva em 1989.

Também no DCN, em 1989, ingressou Avaldo de Oliveira Soares Filho, esposo de Alday. Antes de se tornar professor universitário, lecionou em escolas públicas e particulares de educação básica em Salvador nos turnos diurno e noturno a partir da segunda metade da década de 1980, tornando-se professor-estudante. Participou de movimentos de classe, tanto na universidade quanto na escola básica. Ao chegar ao *Campus* de Vitória da Conquista, no início dos anos 90, Avaldo detectou a ausência de um herbário que pudesse hospedar futuras coleções botânicas, produtos das suas expedições por territórios para coleta de material biológico. Começou, então, a agir e fez articulações para transformar um dos antigos laboratórios do Curso de Licenciatura Curta em Ciências que, após passar por uma série de adaptações, recebeu a designação de Herbário da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *Campus* de Vitória da Conquista (HUESBVC). Esse momento estava articulado ao surgimento de uma estrutura para ampliar os laboratórios em outro prédio, construído especificamente para esse fim, o Módulo Amélia Barreto.

Em 1989, reuniram no DCN os professores Eugênio, Willma, Max, Ana Maria, Anete, Alday e Avaldo. Esses professores, além de atuarem no ensino, na pesquisa, na extensão, também contribuíram com a gestão da Universidade. Eles ingressaram na docência do ensino superior com a graduação em Ciências Biológicas e/ou História Natural e fizeram toda a formação em pós-graduação *stricto sensu* já como docentes da UESB.

As universidades estaduais baianas concedem licença remunerada aos seus docentes para que possam cursar mestrados e doutorados. Com a criação do DCN em 1986 e a divisão da sua grande Área de Biologia em 2002, os professores relacionados às áreas que refletiam as tradições da História Natural e das Ciências Biológicas, como Botânica e Zoologia, tiveram maiores oportunidades para realizar a formação. Segundo os meus interlocutores, a “Área de Educação” não conseguiu o espaço vislumbrado no projeto de criação. Ou seja, a expressão da forma evidenciou assimetrias entre intencionalidade propostas *a priori* (a formação de professores) e os projetos dos professores que organizaram o DCN.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E OS ARQUIVOS ENTRE A PARÁFRASE E POLISSEMIA

As Faculdades de Formação de Professores (FFP) marcaram a formação de professores de Ciências no semiárido baiano e compuseram a emergência do surgimento do ensino superior relacionado à formação de professores na década de 1970. Essas Faculdades foram produzidas



em condições que estabeleceram: a formação de professores como o que era possível dizer (enunciar) naquele momento histórico e silenciaram as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e de Sociologia e Política. As reformas curriculares que ofereceram os contornos desses cursos e das instituições às quais estavam vinculados foram estabilizados pelo Governo Estadual sem deixar de serem disputadas por professores e estudantes que construíram outras possibilidades de dizer e fazer o ensino superior regional. Nessas disputas, situadas em um conjunto maior de estratégias de resistência nas quais se incluem as greves de 1979, surgiram as Faculdades de Administração, Enfermagem e Zootecnia que também marcaram o surgimento do ensino superior regional. Essas resistências e lutas compõem a multidão que habita a “origem” do ensino superior no semiárido baiano. Assim, ao dizer que a “formação de professores” deu origem (a única) ao ensino superior, incorremos no risco de reafirmar o discurso oficial organizado a partir do silenciamento de possibilidades de formação que, por exemplo, subsidiasse os moradores do semiárido a questionarem o poder repressor da política estatal da década de 1970.

E por que as Ciências foram enunciadas naquele período? Sugiro que existiu e ainda existe uma interpretação, tanto no campo de pesquisa a que se refere este texto quanto em formulações de pesquisadores, que simplifica as Ciências Naturais e que pode ser expressa nos seguintes termos: a forte normatização histórica do processo de significação dos textos utilizados na formação do professor de Ciências elegeram-o como o dito nas Faculdades de Formação de Professores. O sentido de um polinômio ou de uma classificação botânica, por exemplos, estariam sempre refém da leitura parafrástica, aquela na qual os sentidos são definidos e normatizados por instituições e disciplinas científicas (álgebra, ecologia e zoologia, dentre outros), como se estivessem contidos em seus textos. Qualquer resposta diferente da “verdadeira resolução” de um problema é assumida como erro. Isso produziria uma hegemonização dos sentidos e colocaria as Ciências que formava/forma professores como alheia as leituras ideológicas do mundo.

Essa interpretação entende o professor (sujeito-leitor) formado nesses cursos como fortemente assujeitado à autoridade do Estado e das Ciências através do currículo prescrito que atuou determinando os sentidos e, por conseguinte, os sujeitos possíveis. Seus estudantes interiorizariam a ideia de coerção concomitante à tomada de consciência da sua distinção (professor de ciências) e autonomia (em suas classes de trabalho). Uma imposição exercida pelo Estado da Bahia que atribuíam apenas alguns sentidos (ORLANDI, 2012) à formação e atuação dos professores. Nessa interpretação, a leitura polissêmica, na qual outros sentidos seriam possíveis, parece estar sempre do lado das Ciências Humanas. Todavia, um olhar para a história das ciências que remonta aos naturalistas do século XVII e para as práticas dos professores formados nos Cursos Ciências torna possível identificar que a leitura polissêmica sempre acompanhou as Ciências Naturais. No caso aqui investigado, mais interessante do que pensar a dicotomia entre Ciências Naturais e Humanas seria problematizar as condições de individualização dos sujeitos na década de 1970 e 1980 formados nas Faculdades. Uma egressa



da primeira turma de Licenciatura Curta em Letras (de 1972) que conversou comigo sobre a sua formação na FFP/VCA disse que uma das suas colegas colocava algodão nos ouvidos quando estudavam juntas assuntos relacionados às Humanidades, porque tinha medo de saber algo que as colocassem na mira do regime militar. Ela disse ainda que ler determinados livros era perigoso e, por isso, enterrou os seus em um outro município, após ser advertida sobre uma possível perseguição.

Por fim, a reflexão sobre a relação entre paráfrase e polissemia ajudou-me também a construir a experiência de pesquisa em arquivos, assumindo a materialidade discursiva não como uma espécie de portal para a experiência passada, substrato no qual os sentidos repousariam à espera de leitores, mas como modulação de efeitos de sentidos entre documentos, entrevistados e pesquisador no encontro etnográfico. Considerei também a ficcionalidade da produção dos documentos em suas contemporaneidades pelos mesmos entes da relação discursiva texto-autor-leitor e a realidade vivenciada. Essa construção ficcional permitiu a emergência de um relato em efeitos de sentido que não se encerram neste texto, mas segue nas leituras possíveis. Conforme indica Orlandi (2012), os sentidos têm a sua história e o texto estabelece relação com outros textos. Assim, na história da leitura de um texto, existem certas previsões de leitura que refletem o tempo e os outros [textos] que compõem o processo de significação e compreensão.

Strathern (2014) considera que a escrita etnográfica, como recriação inventiva do campo da pesquisa, atua criando um segundo campo (aquele que emerge no texto do etnógrafo), que, de certa forma, também cria o primeiro campo (o da interlocução do etnógrafo com sujeitos e processos sociais). O “momento etnográfico” seria o efeito de envolver esses dois campos. Para ela, certas práticas e os artefatos têm seus efeitos compreendidos pelos etnógrafos, mas também são criados em contextos de escrita sobre eles. Na experiência de escrita deste texto, a etnografia criou três campos: o primeiro relacionado aos arquivos (este remete ao presente), o segundo relacionado às vozes dos autores dos documentos dos arquivos (este remete ao passado) e o terceiro a partir das minhas descrições sobre o primeiro e o segundo campos (este remete ao campo que emergiu neste texto). O meu “momento etnográfico”, aquele que junta o que é analisado na observação e o que é observado na análise (STRATHERN, 2014), consistiu em envolver esses três campos. O “estar lá” implica aqui em habitar esses três campos, compreendendo que não é possível encontrar a total conformidade entre eles (STRATHERN, 2014) que me impulsionava quando eu buscava a precisão das datas nos relatos dos interlocutores e nos apontamentos dos documentos dos arquivos. Esta formulação dos três campos permitiu que a negociação da visão dos acontecimentos ampliasse o quantitativo de interlocutores, incluindo os elaboradores dos documentos que compunham os arquivos pesquisados. Permite também que eu e o meu leitor habitemos a experiência sincrônica e diacrônica das Ciências no semiárido baiano, retomando as condições teóricas que nos permitem “estar lá” e “aqui” simultaneamente, que chamo de **o duplo da experiência etnográfica em arquivos**.



A etnografia em arquivos possibilita o estabelecimento de uma ponte entre o passado e o presente, identificando rupturas e continuidades (COSTA, 2010). O trabalho nos

arquivos, ao reconhecer a autoridade dos interlocutores do etnógrafo, reinterpreta a autoridade etnográfica (CLIFFORD, 2014), deslocando o “estive lá” (o **eu** da autoridade centrada) para um “estivemos lá” (o **nós** da autoridade distribuída). **Lá e aqui**, prestando atenção no mundo, vivenciamos acontecimentos como experiências também nossas. O leitor deste e de qualquer outro texto etnográfico é, em certo sentido, um observador participante que pode se engajar na descrição do acontecimento (da experiência) narrado e levar a interpretação adiante (na sua experiência). Nesta polifonia, o texto etnográfico pode ser compreendido como a continuidade da observação participante que animou a sua escrita.

REFERÊNCIAS

- BOAVENTURA, E. Origem e formação do sistema estadual de educação superior na Bahia. **Revista da FAEBA**, Salvador, v. 14, n. 24, p. 155-173, dez. 2005. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/4r/pdf/boaventura-9788523208936-05.pdf>. Acesso em: 14 maio 2016.
- BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 de dez. 1968.
- CHAPANI, D. T. A Formação de Professores na Gênese do Sistema Estadual de Ensino Superior da Bahia. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá-PR: Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE); Campinas-SP, v. 12, p. 146-166, 2012. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/324/311>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 4. ed. Tradução de Patrícia Farias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014. p. 17 - 57.
- COMAROF, J.; COMAROF, J. Etnografia e imaginação histórica. **Proa-Revista de Antropologia e Arte**, v. 1, n. 2, p. 01-72, 2016. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/view/2360/1762>. Acesso em: 16 fev. 2017.
- COSTA, M. C. C. Etnografia de arquivos - entre o passado e o presente. **Matrizes** (USP. Impresso), v. 3, p. 171-186, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38263/41064/0>. Acesso em: 05 ago. 2015.
- CRUZ, E. P.; SANTOS, J. J.; NOGUEIRA, M. L. P. S. Apagamento da mulher em experiências de fundação do magistério na Bahia. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista,



BA: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Vitória da Conquista-BA: Edições UESB, v. 14, n. 28, fev. 2018. Disponível em:

<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7767>. Acesso em: 05 ago. 2018.

CUNHA, O. M. G. da. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 36, p. 7-32, 2005. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2242>. Acesso em: 17 abr. 2017.

CUNHA, O. M. G. da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, oct. 2004. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 ago. 2016.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GEERTZ, C. **Interpretações das Culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. p. 03-21.

NEVES, V. F. A.; CASTANHEIRA, M. L.; GOUVEA, M. C. S. O letramento e o brincar em processos de socialização na educação infantil brincadeiras diferentes. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 215-244, mar. 2015. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000100215&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 mar. 2017.

NUNES, M. L. F.; NEIRA, M. G. O currículo de licenciatura em educação física e a fabricação do sujeito-cliente. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, 2018. e230038.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100230&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 mar. 2019.

ORLANDI, E. P. **Discruso e leitura**. São Paulo: Cortez, 2012.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, dec. 2014. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832014000200015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 ago. 2016.

STRATHERN, M. **O efeito etnográfico**. Tradução de Iracema Dulley Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 345-405.

TAVARES, L. D. R.; CASEMIRO, A. P. B. S. Relatos de Experiência: memória e educação do Ginásio Padre Palmeira. **Publicatio UEPG**. Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, v. 15, p. 139-148, 2007. Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/610>. Acesso em: 08 mar. 2014.



Notas

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus* de Caetité, Bahia. O autor agradece ao apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Contato: elizeuprof@gmail.com

² Neste texto, “região sudoeste da Bahia” deve ser entendida como parte do “semiárido”, conforme também entendem os interlocutores deste trabalho.

³ BOAS, E. C. V. **UESB: MEMÓRIA**. Trajetórias e Vivências. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

⁴ “Professores Pioneiros” é uma categoria construída a partir do campo, é o “autor generalizado” (CLIFFORD, 2014) desta etnografia. Esses professores não foram entendidos, durante o trabalho de campo, como portadores de uma forma com intencionalidades que determinaram a experiência do presente, mas como partes dos fluxos que teceram formas em diversas relações institucionais; uma estratégia que se opõe menos às tramas que forjam a experiência no seu desenrolar no tempo (na ação) do que a uma finalidade localizada no grupo dos “Pioneiros” como uma matriz. Os relatos do etnógrafo e dos seus interlocutores, diferenciados no corpo do artigo, são aqui devidamente indicados, a fim de não gerar dúvidas quanto à natureza das diversas falas que, juntas, compõem este artigo enquanto **relato etnográfico**. Os interlocutores que dialogaram comigo durante o trabalho de campo autorizaram a identificação dos seus nomes para fins de produção e divulgação de descrições em trabalhos como artigos e relatórios.

⁵ Centro criado pelo Decreto-lei nº 616, de 9 de junho de 1969. Com sede na cidade de São Paulo, o CENAFOR tinha juridificação em todo território nacional e objetivava, dentre outras coisas: preparar docentes para as disciplinas específicas dos cursos que focavam na formação técnica e profissional. Mais informações podem ser obtidas no endereço: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65322-10-outubro-1969-406638-estatuto-pe.doc>> Acesso em 20 de set. de 2016.

⁶ Órgão extinto na criação do Conselho Nacional de Educação em 1995.

⁷ A Lei Nº 5.540/68, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e a sua articulação com a escola média (BRASIL, 1968), atual escola básica.

⁸ Há uma trama conceitual entre os termos “caatinga”, “semiárido” e “sertão” no trabalho dos biólogos relacionados aos contextos nos quais fiz o trabalho de campo que reflete a relação entre nomeação de território e a produção de discursos sobre a biodiversidade regional.

⁹ As greves apareceram em quase todas as entrevistas realizadas com os **Pioneiros** das décadas de 1970 e 1980. A greve de 1979 foi apontada por eles como um marco para as reformas educacionais na Bahia.